

## **A TRAJETÓRIA DOS FRANCISCANOS EM ALAGOAS E SUAS AÇÕES NO ÂMBITO EDUCACIONAL (séculos XVIII e XIX)**

Mônica Costa Santos PPGE/CEDU/UFAL

Este texto pretende tratar das contribuições de missionários na formação letrada dos alagoanos. Aqui em particular trataremos da ação dos franciscanos na fundação de escolas como marco inicial dos primeiros rastros de educação formal dada no Estado. Nossos argumentos estarão evidentemente limitados pela escassez das fontes sobre o assunto, daí o texto não apresentar apreciações mais aprofundadas, como o tema nos remete. Além deste aspecto, este estudo compõe parte do nosso objeto de pesquisa de mestrado, que versa sobre a presença dos franciscanos em Alagoas e suas contribuições no campo educacional, cujo estágio ainda é preliminar. O mesmo encontra-se vinculado ao grupo de pesquisa “Caminhos da Educação em Alagoas”, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Alagoas, coordenado pelo prof. Elcio de Gusmão Verçosa.

A bibliografia referente à história da educação brasileira nos afirma que a Companhia de Jesus, aportada no Brasil desde a primeira metade do século XVI, foi durante mais de dois séculos uma das mais influentes ordens da Igreja Católica, senão a mais importante delas. Com isso se manteve uma dependência mais que religiosa, estendendo-se para o âmbito econômico, político, cultural, jurídico e, sobretudo, educacional.

Apesar de considerar o pequeno raio de ação, comparado aos inicianos, não se deve marginalizar a forte presença missionária de franciscanos, beneditinos e carmelitas na cristianização e civilização dos brasileiros, em especial, dos nordestinos. O Nordeste, sobretudo, era um lugar privilegiado de atuação desses religiosos, dada os princípios da Ordem a que pertenciam. Para beneditinos e carmelitas e, principalmente, os franciscanos, o lugar de efetivação das missões deveria exigir muito esforço e sacrifício para assim merecer o papel de

intermediários entre o mundo e a providência divina. Então, as secas, as epidemias, a fome, o desamparo, o cultivo de religiosidade diversa a cristã, os costumes tidos como bárbaros, a exemplo do ócio, da moral, da violência e da língua nativa, tudo isso os impingia a bravamente suportar os percalços enfrentados nessas terras bravias. Os inacianos, em geral, já não tinham a mesma disposição de enfrentar o sertão no que ele tinha de inóspito: ameaças de doenças, o enfrentamento com os indígenas e o perigo por parte de animais. Os franciscanos, por exemplo, tentavam se identificar com a população sertaneja: andavam a pé e não viajavam carregados em redes por escravos, como faziam convencionalmente os eclesiásticos ligados aos jesuítas.<sup>1</sup> Como lembra Medeiros Neto (1941):

Infelizmente, porém, não houve estabilidade da obra jesuítica no São Francisco. A peste física e moral, doenças e pombal, vieram impossibilitar esta obra admirável que os inacianos ora, galhardamente, encetavam. Parece, como de fato, que os réais e verdadeiros formadores da civilização ribeirinha, já vibrada pelo influxo do litoral jesuitizado, são os Franciscanos, de barba ou não, como distinguem os sertanejos.<sup>2</sup>

Desse modo, os franciscanos contribuíram com o processo civilizador e pedagógico da colonização portuguesa, percorrendo o sertão de Alagoas, sobretudo, pelo rio São Francisco, através do caminho do gado e das trilhas dos índios. Suas ações se dividiam de acordo com os preceitos da Ordem. Alguns adotavam a vida exclusivamente contemplativa, outros encapavam missões, e a atividade de mestre ou como esmoleiros<sup>3</sup> pelos sertões, afinal a caridade deveria ser a única fonte de recursos materiais:

Entre os 470 professores que a Província contou, em meados do século XVIII, havia apenas 30 a 40 missionários de índios, alguns missionários volantes, cerca de 50 esmoleiros e mais ou menos 15 professores de gramática (...)<sup>4</sup>

O franciscanismo no Brasil encontra-se dividido em momentos distintos – o ciclo esporádico, o período da Custódia e o período posterior, a instituição de Custódia à Província – nos quais a Ordem desenvolveu suas atividades com o sentido de dar continuidade ao projeto missionário e civilizador. No período da Custódia (1585-1619), os franciscanos assumiram missões entre os índios nas regiões de Pernambuco, Paraíba e Alagoas.<sup>5</sup> Segundo Willeke (1970), em todas elas, os franciscanos mantinham escolas. Posteriormente, nas missões da Província de Santo Antônio (1679-1863), destacamos a existência de uma missão denominada

‘Alagoas’ (missão que, possivelmente, deu nome à cidade das Alagoas), tendo como padroeira Nossa Senhora da Vitória, fundada em 1679 e extinta em 1763, e a missão de ‘Palmar’ (1695),<sup>6</sup> ambas em território alagoano.

Os Franciscanos se estabeleceram definitivamente em Alagoas e regiões próximas em meados do século XVII, atendendo as

3 petições de 3 partes em que se pedem Conventos a saber: a cidade de São Christovão de Sergipe delRey, da Villa do Penedo do Rio Saõ Francisco e da Villa das Alagoas em que com grande instancia pedem as Câmaras, e Povos, daquelles districtos se lhe dem Religiozos para nelles fundarem Conventos.<sup>7</sup> (grifo meu)

Naquelas vilas foram erguidos dois conventos da Ordem, que serviram de base estrutural para evangelização/educação dos alagoanos. Altavila (1975) menciona que a Cidade das Alagoas (atualmente Marechal Deodoro) “teve a honra de abrigar esses iniciadores de nossa literatura, por ser o centro para onde convergiam os mais ilustres pregadores e retóricos baianos e olidenses”.<sup>8</sup>

Para servir de residência aos frades, iniciou-se em 04 de outubro de 1682 a construção em Penedo do Convento e da Igreja de Santa Maria dos Anjos. Porém a presença definitiva daqueles religiosos somente ocorreu em 1694.

Basílio Rower (1947) argumentara em torno do projeto cristão e civilizador dos frades franciscanos para o nosso país:

Desde que os religiosos franciscanos se estabeleceram no Brasil, um dos seus cuidados foi sempre disseminar, na medida que a índole da Ordem essencialmente missionária o permitia, a instrução da juventude. O fim principal, por certo, é a educação moral e religiosa, mas com suas escolas realizaram e realizam também uma obra cívica e social.<sup>9</sup>

Os conventos da Ordem fundados na região interiorana de Alagoas, Pernambuco e Sergipe, desde o início do século XVIII, mantiveram aulas gratuitas para atender a população local. A partir de 1717, conforme descrição do Frei Jaboatão (1859), foram criadas aulas gratuitas de gramática em Serinhaém e Cairu, na Bahia; São Cristóvão, em Sergipe; Penedo e Alagoas (atual Marechal Deodoro), em Alagoas e Igarassu, Pernambuco. Sobre esta última, há que se ressaltar a presença à época, em 1742, de jesuítas, como a do padre Malagrida, na

criação de recolhimentos para mulheres desamparadas, sobretudo as prostitutas, oferecendo oração, trabalho e letras. Projeto este continuado por outro jesuíta alagoano, cego, de nome Padre Antonio Pais.<sup>10</sup> Mas de modo geral, as escolas conventuais eram freqüentadas pelos

filhos dos moradores, atendendo aos pedidos das câmaras das Vilas, pessoas principaes, e devotas, e a falta, que havia de quem os ensinasse, e os descomodos que se seguião e impossibilidades para os mandarem aos estudos das Praças de Pernambuco; nem se poderem sustentar mestres pagos na Villa, o que fazem os Religiozos athe o presente sem estipêndio algum do povo, ou da Camara.<sup>11</sup>

Em Penedo, este confrade garantia que “tãobem em beneficio do povo, e sem estipêndio algum, no capitulo de trinta de Dezembro de 1719 se poz neste Convento hum Religiozo para ensinar gramatica aos Filhos dos Moradores, o que se conserva athe o presente.<sup>12</sup>

Os frades franciscanos registraram no 1º Livro de Crônicas do Convento de Penedo (1903-1930, p. 5) que “os religiosos prestam serviços não só a religião como a instrução da mocidade. Crearam uma cadeira de gramatica latina, onde ensinaram gratuitamente a quem quer que alli quizesse estudar”.

Um dos pressupostos da educação moral e religiosa dos franciscanos era a orientação vocacional, tal qual também para os jesuítas. No Convento de Olinda, por exemplo, já por volta de meados do século XIX, o guardião Frei Antônio de São Camilo de Lellis<sup>13</sup> sustentava aulas “atraindo os melhores meninos e formando vocações”.<sup>14</sup> Na *Crônica do Penedo*, escrita por José Próspero Jeovah da Silva Carcoatá, em 1872, observa-se na passagem a seguir o quanto à freqüência às escolas conventuais era motivo de desejo daqueles que elas não acessavam, principalmente pelo prestígio a ela conferido:

desta aula conta-se o seguinte fato, asseverado pelos velhos da terra: um cego muito inteligente, chamado José Joaquim, acompanhava o irmão que era estudante, e colocava-se na porta da sala de aula, de onde podia escutar tudo o que se dizia; com tanto proveito escutou durante alguns anos, que veio afinal a saber latim. O irmão a quem o cego acompanhava professou na Ordem Franciscana, e foi Frei José de S. Vicente Ferreira.

Ainda com base na leitura do *Novo Orbe Seráfico Brasilico ou Chronica dos Frades Menores da Província do Brasil*, podemos afirmar que, com relação à manutenção das escolas conventuais, os recursos materiais tinham origem tanto na caridade civil como aquela

proveniente do erário público, a qual era entendida como caridade: “Para este o Rei ajudava, a título de retribuição, com esmolas para a enfermaria do Convento”.<sup>15</sup>

Não somente a ação dos religiosos merecia este tratamento. No seu empenho para *ordenar, civilizar e instruir*, o governo imperial seja na corte, seja nas províncias assistia materialmente as diferentes ordens religiosas, bem como forjaram instituições, leis, regulamentos, reformas, a fim de difundir as Luzes através da escola. Esta era lugar privilegiado de padronização da diversidade cultural que incomodava aos ilustrados, cujo principal desejo era tornar o Brasil semelhante a países como a França e a Inglaterra.<sup>16</sup>

O que se entendia por educação pública no século XIX sobrevivia principalmente pela existência de estrutura – física e humana – constituída pelos missionários religiosos. Na medida em que o sistema de ensino foi se consolidando, com o avançar do século XIX, observa-se o quanto o poder público estava despreparado para cobrir a demanda pela educação, embora as classes mais desassistidas não reclamassem sua ausência, uma vez que as letras não cabiam ainda como necessidade no seu mundo sertanejo. De qualquer modo, havia a pressão dos mais abastados e dos liberais em promover a todo custo educação para o povo e assim satisfazer um dado perfil de civilidade.

Sobre as discussões sociais em torno da questão educacional no período, encontramos o seguinte no Jornal de Penedo (1875): “Sem pessoal, completamente habilitado e muito bem pago, não pode haver reforma possível da Instrução pública, que produza os benefícios e salutareos fructos que se almejaõ”. Sobre o perfil que o educador deve apresentar para atender as aspirações locais de uma boa educação, “procurem os indivíduos de conhecimentos apropriados e no preciso grão, que sejam tementes a Deos, honrados e conscienciosos, incapazes de faltar aos múltiplos e importantes deveres que a desempenhar...”<sup>17</sup>

Com o objetivo de solucionar o problema da falta de salas de aula, o presidente Cincinato Pinto da Silva, em janeiro de 1879, nomeia duas comissões – uma em Maceió, outra em Penedo – a fim de angariarem donativos para a aquisição de prédios escolares. A comissão

penedense, após uma intensa campanha junto aos comerciantes, autoridades e intelectuais locais, profissionais liberais e funcionários da ferrovia Paulo Afonso; conseguiu arrecadar a importância de 4:388\$600, que foi utilizado para a aquisição e reforma de uma residência. Na qual, em 07 de setembro de 1879, foi inaugurado o primeiro estabelecimento oficial de ensino de Alagoas: A Escola Cincinato<sup>18</sup>. Sendo nomeados os professores: capitão Manoel Vieira da Fonseca e D. Adelaide Virgina d' Araújo, respectivamente, para as seções masculina e feminina.<sup>19</sup>

O final do século XVIII é marcado por episódios históricos, como a Independência dos Estados Unidos, os primórdios da Revolução Francesa e, no Brasil, a Inconfidência Mineira. O Iluminismo português não acompanhou a ilustração francesa e inglesa em todos os seus aspectos. Tais valores e preceitos orientaram as reformas empreendidas pelo Marquês de Pombal, então ministro de D. José I. As reformas pombalinas determinaram a expulsão dos Jesuítas e das demais ordens religiosas, por volta de 1759; o que não apenas rompeu o forte e potente instrumento da educação, mas, sobretudo, fortaleceu o poder da monarquia sobre a condução da sociedade, no sentido de implementar uma política moderna que dominasse a produção de riquezas em Portugal e no Brasil.

A laicidade política e educacional era uma bandeira do Estado monárquico, o que também expressava as necessidades de uma nova classe de homens, comerciantes. Era a possibilidade de explorar produtivamente as terras, liberando-as do domínio religioso.

A educação letrada alagoana iniciada pelos franciscanos, contrariamente ao que se tem notícia no restante Brasil, nos dá importantes indícios sobre a atuação dos franciscanos e de diferentes ordens religiosas em todo território brasileiro. A análise da atuação desses grupos encontra-se limitada pelas escassez de fontes, o que caracterizou a abordagem da historiografia tradicional em torno, exclusivamente, da atuação dos jesuítas no cenário brasileiro.

As escolas conventuais de gramática, funcionaram de 1719 até o início do século XIX, destinadas aos aspirantes à Ordem e/ou aos seculares, estas escolas inauguraram o ensino formal em localidades interioranas que só receberam, efetiva assistência do Estado, no final do século XIX.

#### Notas:

<sup>1</sup> HOORNAERT, E. *O ciclo sertanejo e as "Santas Missões"*. In: *O Cristianismo Moreno*. Petrópolis: Vozes, 1990.

<sup>2</sup> MEDEIROS NETO (1941). *História do São Francisco*. Maceió/Al: Casa Ramalho Editora. p. 67-68

<sup>3</sup> Sendo a Ordem Seráfica mendicante, os conventos dependiam, em grande parte, das esmolas que os frades esmoleiros pediam pelos sertões, aproveitando para desobrigar o povo que morava longe das igrejas. (Cf. WILLEKE (1970). *Atas Capitulares da Província Franciscana de Santo Antônio do Brasil – 1649-1893 (Introdução)*. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Vol. 286. Rio de Janeiro. p. 93-94)

<sup>4</sup> WILLEKE, op. cit., p. 94

<sup>5</sup> Em alagoas, a missão foi fundada em 1597 e recebeu o nome de *Porto de Pedras*.

<sup>6</sup> WILLEKE, op. cit., p. 93

<sup>7</sup> WILLEKE, op. cit., p. 100

<sup>8</sup> ALTAVILA, A. J. (1975). *História da civilização das Alagoas*. 6ª ed. Maceió/Al: SERGASA.

<sup>9</sup> RÖWER, B. (1947). *A Ordem Franciscana no Brasil*. p. 149

<sup>10</sup> SERAFIM LEITE, S. I. (1943) *Historia da Companhia de Jesus no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro. p. 476

<sup>11</sup> JABOATÃO, A. S. M. (1858). *Novo Orbe Seráfico Brasílico ou Chronica dos Frades Menores da Província do Brasil*. Rio de Janeiro: Typ. Brasiliense de Maximiliano Gomes Ribeiro, v. I, II, III. P. 514

<sup>12</sup> JABOATÃO, op. cit., 605

<sup>13</sup> Frei Antonio de São Camilo de Lellis foi o último Ministro da antiga Província de Santo Antônio do Brasil (1657-1891), o mesmo teve uma participação fundamental no processo de restauração da dita Província.

<sup>14</sup> RÖWER, op. cit., p. 150

<sup>15</sup> JABOATÃO, op. cit., p. 339.

<sup>16</sup> MATOS, S. R. de (2000) *Ordenar, civilizar e instruir* In Matos, S. R. de e Macedo, J. M. de (2000). *O Brasil em lições: a história como disciplina escolar*. Access, p.33 a 57. Disponível em <http://www.educacaopublica.rj.gov.br/biblioteca/historia/hist07a.htm> acesso em 09 abr. 2005.

<sup>17</sup> *Jornal de Penedo*, 18 de março de 1875.

<sup>18</sup> Outras informações acerca da fundação desta escola, estão disponíveis no site <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/48/index.html>, onde constam os relatórios da Província de Alagoas, no período de 1830 a 1930.

<sup>19</sup> VILELA, Humberto (1982). *A Escola Cincinato (Penedo – 1879)*. *Revista do Instituto Histórico de Alagoas*. p. 62-65